

Um Brasileiro no Front Belga. A Participação do Tenente José Pessoa na Primeira Guerra Mundial

A Brazilian on the Belgian Front. The Participation of Lieutenant José Pessoa in the First World War

RESUMO

Nascido no seio de famílias oligárquicas de forte influência política na vida do País, o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque tornou-se uma das principais lideranças militares das décadas de 1930 e 1940. Encontra-se, assim, no panteão das personalidades militares cultuadas pelo Exército Brasileiro, por ter portado valores que o tornaram um dos modelos ideais de soldado e de chefe militar a serem seguidos pelos integrantes da Instituição. Valendo-se de dados apresentados em sua tese de doutoramento, resultado de uma exaustiva pesquisa biográfica a respeito da vida desse militar, este autor pretende abordar, neste artigo, ainda que em largos termos, a formação militar de José Pessoa, a sua trajetória militar como oficial subalterno do Exército Brasileiro e a sua participação na Primeira Guerra Mundial, quando esteve incorporado no 4º Regimento de Dragões do Exército francês.

Rafael Roesler

Academia Militar das Agulhas Negras,
Resende-RJ

Email: roesler1993@gmail.com

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-0733-6389>

Palavras-chave: Marechal José Pessoa. Biografia. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

Born into oligarchic families with a strong political influence in the country's life, Marshal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque became one of the main military leaders of the 1930s and 1940s. Due to his values, which made him one of the perfect models of soldier and military leader to be followed by members of the Institution, he is part of the pantheon of personalities who are revered within the Brazilian Army. Making use of the data showed in his PhD thesis, which is the result of an exhaustive biographical research about the life of José Pessoa, this author intends to approach the military training of José Pessoa, albeit in broad terms, his military trajectory as a junior officer in the Brazilian Army and his participation in the First World War, when he was assigned to the 4th Regiment of Dragons of the French Army.

Recebido em: 14 JUN 2022
Aprovado em: 29 JUN 2022

Revista Agulhas Negras
ISSN on-line 2595-1084

<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman>



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

Keywords: Marshal José Pessoa. Biography. Brazilian Army.



1 Introdução

O Marechal José Pessoa encontra-se no panteão das personalidades cultuadas no Exército Brasileiro, por ter possuído virtudes e portado valores que o tornaram um dos modelos ideais de soldado e de chefe militar a serem seguidos pelos integrantes da Instituição. Durante o processo de socialização profissional por que passam os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), única escola de formação dos oficiais combatentes do Exército e da qual ele foi o idealizador, seu nome é constantemente evocado.¹

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu aos doze dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e oitenta e cinco, no pequeno município paraibano de Cabaceiras, nos sertões do Cariris. A sua linhagem carrega o peso das oligarquias políticas paraibanas e pernambucanas: os Pessoa, os Cavalcanti e os Albuquerque. Era irmão de João Pessoa, que governou a Paraíba entre os anos de 1928 e 1930, e sobrinho de Epitácio Pessoa, Presidente da República entre 1919 e 1922.²

Durante sua trajetória militar, combateu na Primeira Guerra Mundial, incorporado ao Exército francês. Sua obra *Os Tanks na Guerra Europeia*, fruto da observação que fez do emprego dos carros blindados nos campos de batalha europeus, serviu de inspiração para a criação da primeira unidade blindada do Exército Brasileiro, em 1921. Comandou o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (1930) e a Escola Militar do Realengo (1931-1934); presidiu o Clube Militar (1944-1946), tendo sido eleito com ampla maioria dos votos em uma chapa de oposição ao Governo; foi adido militar em Londres (1947-1948); participou da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (1948), além de ter desempenhado, como oficial general, diversas funções inerentes à carreira militar, tendo se tornado uma das principais lideranças militares das décadas de 1930 e 1940. Já no final da vida, afastado do serviço ativo, após ter sido promovido a marechal, chefiou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, entre os anos de 1954 e 1956, a convite do Presidente Café Filho. Pouco lembrada pela historiografia brasileira, os trabalhos dessa Comissão foram essenciais à construção de Brasília.

¹ É durante esse processo de socialização, como lembra Celso Castro (2002), que são incorporados à personalidade do futuro oficial do Exército os valores, atitudes e comportamentos próprios da carreira militar.

² José Pessoa era filho de Maria da Silva Pessoa e de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque, um funcionário público de carreira do estado da Paraíba. Além de José e de João Pessoa, possuíam mais sete filhos: Aristarcho Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Sebastiana Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Priscila Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Cândido Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Henriqueta Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Dos irmãos, Aristarcho também seguiu a carreira militar, atingindo o posto de coronel, tendo sido promovido a General de Brigada *post mortem*. Cândido foi deputado federal pelo Distrito Federal em dois períodos, de 1927 a 1930 e nos anos de 1934 e 1935. Joaquim e Oswaldo foram deputados estaduais no estado da Paraíba. (ROESLER, 2021)



O propósito deste artigo, cujas informações foram obtidas durante a pesquisa que deu origem à tese de doutorado³ deste autor, é apresentar, em largos termos, um pouco da trajetória militar de José Pessoa como oficial subalterno e a sua participação na Primeira Guerra Mundial, ocasião em que combateu nos campos belgas do Flandres, incorporado ao 4º Regimento de Dragões do Exército francês, durante a ofensiva aliada dos Cem Dias, no ano de 1918.

2 O Jovem Tenente José Pessoa

A formação militar de José Pessoa iniciou-se sob a vigência do regulamento de ensino militar de 1898⁴. Conforme consta em sua Fé de Ofício, ingressou na Escola Preparatória de Tática de Realengo (EPTR) em 9 de abril de 1903, onde recebeu o número de aluno 1254. Em termos gerais, o curso da EPTR possuía a duração de 3 anos, não podendo o aluno frequentá-lo por mais de quatro anos. A aprovação em todas as disciplinas habilitava à matrícula na Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Esta destinava-se a ministrar aos oficiais e praças do Exército não só os conhecimentos relativos às três armas combatentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) como também os peculiares ao Estado-Maior e à Engenharia Militar. O currículo estava organizado em dois cursos subsequentes: o Curso Geral e o Curso Especial. O primeiro compreendia o estudo teórico e prático das três armas e possuía a duração de 3 anos. O segundo, feito em 2 anos, destinava-se à formação dos oficiais de Estado-Maior e Engenheiros Militares. A aprovação em todas as disciplinas de dois anos quaisquer do Curso Geral dava direito ao título de Alferes-Aluno⁵.

Em dezembro de 1905, Pessoa concluiu com aproveitamento o Curso Preparatório e de Tática. Entretanto, jamais iria frequentar a Escola Militar do Brasil, em função de uma nova reestruturação do ensino militar colocada em prática a partir de outubro daquele mesmo ano.⁶ Dentre as tantas mudanças significativas promovidas pelo novo estatuto estava a alteração do número de instituições de ensino e a redistribuição dos cursos e seus respectivos conteúdos. Assim a formação do oficial passou a ser dividida em quatro escolas:

³ ROESLER, Rafael. **Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque** – vida e trajetória militar. 2021. 747 p. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2021.

⁴ Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898.

⁵ O título de Alferes-Aluno foi criado pela Lei nº 149, de 27 de agosto de 1840. Era uma distinção na hierarquia do corpo de alunos. Em termos práticos, garantia um melhor soldo aos alunos que alcançavam esse mérito.

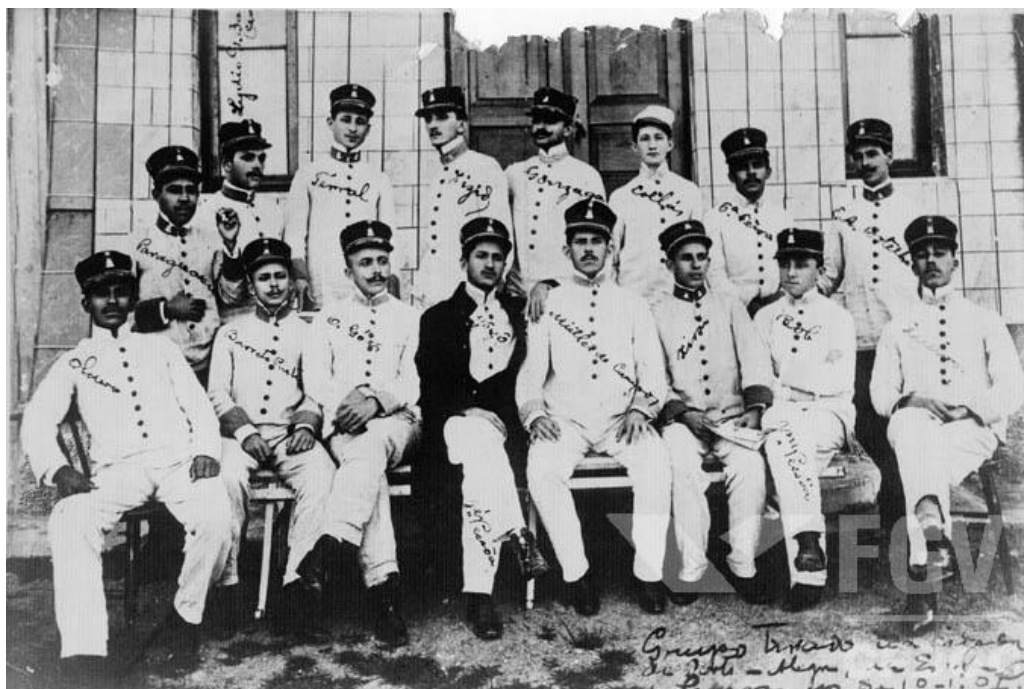
⁶ As mudanças promovidas no ensino militar em 1905, por meio do Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905, deveram-se, em grande parte, ao envolvimento dos alunos da Escola Militar do Brasil na política nacional. As intenções veladas refletidas no que preconizava o regulamento de 1898 não foram suficientes para afastar os alunos da Escola Militar do Brasil das agitações políticas que tomavam conta da Capital Federal nos primeiros anos da República. A sua participação nas campanhas abolicionistas e na Proclamação da República inauguraram uma efervescência política nas dependências da Escola que só cessaria com o seu fechamento em 1904 e a sua transferência de vez para o Realengo.



- a) Escola de Guerra – localizava-se em Porto Alegre-RS. Destinava-se a ministrar a instrução militar preliminar, que seria complementada na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria. Habilitava as praças de *pret* do Exército ao exercício das funções do primeiro posto de oficial em qualquer uma das armas. Tinha a duração de 2 anos.
- b) Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria – localizava-se em Rio Pardo-RS. Seu curso era obrigatório a todos os alunos que concluíssem com aproveitamento a Escola de Guerra. Era destinada a estudos profissionais, práticos e aplicativos. Tinha a duração de 10 meses e, ao final do curso, o aluno era declarado Aspirante a Oficial.
- c) Escola de Artilharia e Engenharia – localizava-se em Realengo-RJ. Seu curso destinava-se aos estudos teóricos e práticos de Artilharia e Engenharia. Nela eram matriculados os aspirantes que haviam frequentado os dois cursos anteriores. Sua duração era de 2 anos para o curso de Artilharia e 3 anos para o curso de Engenharia.
- d) Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia – localizava-se em Santa Cruz-RJ. Nela complementavam-se os estudos iniciados na Escola de Artilharia e Engenharia. Seus estudos eram essencialmente práticos e aplicativos e tinham a duração de 10 meses. (ROESLER, 2021)

Com o novo regulamento implementado, o aluno José Pessoa foi transferido, em maio de 1906, para a Escola de Guerra de Porto Alegre, onde foi matriculado no 1º ano do Curso de Guerra, sendo incluído no efetivo da 5ª Companhia de Alunos. Em janeiro de 1909 foi declarado Aspirante a Oficial da arma de Infantaria⁷, após ter concluído os cursos de Infantaria e de Cavalaria.

Imagem 1 – José Pessoa e um grupo de alunos da Escola de Guerra (José Pessoa ao centro, de casaca preta). Porto Alegre, janeiro de 1907.



Fonte: Acervo José Pessoa. FGV CPDOC.

⁷ José Pessoa foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria, já que o curso da Escola de Guerra formava oficiais de Infantaria e Cavalaria. Em 02/04/1913, amparado pela Lei nº 1.143, de 11/09/1861, mudou para a arma de Cavalaria. (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016)



Seguindo o fluxo normal da formação, solicitou sua matrícula na Escola de Artilharia e Engenharia, a fim de cursar, no Realengo, os três anos da formação dos oficiais destas armas. Em abril de 1909, foi-lhe concedida a autorização para a matrícula no 1º ano daquele curso, sendo incluído na 2ª Companhia de Alunos. Inexplicavelmente, no mês de agosto do mesmo ano, pediu o trancamento da matrícula, sendo transferido para o 13º Regimento de Cavalaria (RC), na Capital Federal, comandado, à época, pelo seu tio, Coronel José da Silva Pessoa (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

José Pessoa iniciou a sua carreira de oficial em meio às reformas estruturais e organizacionais implementadas no Exército Brasileiro a partir de 1906, pelo Ministro da Guerra Hermes da Fonseca⁸. Dentre as realizações previstas no plano de reestruturação de Hermes, estavam a construção da Vila Militar⁹ e a criação da 1ª Brigada Estratégica, em 1908, à qual estava subordinado o 13º RC. Em outubro de 1909, a Brigada Estratégica conduziu um grande exercício no terreno. Nas manobras, ficou a cargo do 13º Regimento realizar um ataque à Vila Militar de Deodoro e repelir a figuração inimiga que lá encontrava-se entrincheirada. A atuação de José Pessoa nos exercícios rendeu-lhe um elogio do comandante do Regimento, que destacou a sua “competência, dedicação, inteligência [...] e perícia com que se houve no assalto a espada” (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

O percurso de José Pessoa como oficial subalterno, particularmente nos postos de Aspirante a Oficial e Segundo-Tenente, foi cheio de idas e vindas, permanecendo ele muito pouco tempo nas unidades em que serviu. Entre os anos de 1909 e 1917, foi movimentado dez vezes dentro do território nacional, tendo servido em oito unidades e desempenhado várias funções dentro e fora do Exército, como mostra o Quadro 1.

Em 1912, a “Política das Salvações”¹⁰ do presidente Hermes da Fonseca levou José Pessoa ao sertão da Paraíba, enquanto estava agregado à 4ª Companhia Isolada de Caçadores, na capital daquele estado. Conforme sua Fé de Ofício, entre os meses de maio e agosto daquele ano, esteve designado pelo inspetor da 5ª Região Militar para cumprir diligências no interior do estado, participando do

⁸ Hermes da Fonseca foi Ministro da Guerra entre os anos de 1906 e 1908, durante o governo do Presidente Afonso Pena.

⁹ Segundo Viana (2010, p. 105), a idealização da “vila militar tipo” deu-se ainda no ministério do General João Nepomuceno de Medeiros Mallet, em 1901. Seria um tipo de vila militar a ser construído em todos os distritos militares. Nelas seriam reunidos quarteis, depósitos, campos de instrução e outras instalações militares, com o propósito de racionalizar o controle administrativo e econômico das tropas. Conforme consta no Relatório do Ministro da Guerra de 1907, General Hermes da Fonseca, a primeira cidade a receber uma vila militar foi o Rio de Janeiro. Construída no distante bairro de Deodoro, onde se localizava a antiga Fazenda Sapopemba, teve a sua pedra fundamental lançada no dia 18 de novembro daquele ano. A falta de verba não permitiu que o modelo construído no Rio de Janeiro fosse implementado nas demais regiões até a Primeira Guerra Mundial.

¹⁰ Nome dado à participação de militares nas intervenções federais nos estados, concentradas nas sucessões governamentais ocorridas nos anos de 1911 e 1912, com o objetivo de renovar a política brasileira dominada pelos setores oligárquicos. (ROSA, 2016)



combate ao bando de cangaceiros liderado por Antônio Silvino¹¹. No brevíssimo relato que faz do cangaço, nas suas memórias, ao mesmo tempo em que considera Silvino “o maior bandoleiro da sua geração”, também achava justo reconhecer que ele “foi fruto das injustiças sociais e das miseráveis condições do ambiente em que viveu naquela região”.

Quadro 1 – Movimentações de José Pessoa como oficial subalterno, 1909 a 1918.

PERÍODO	UNIDADE	REGIÃO DE INSPEÇÃO/MILITAR CIDADE	POSTO	OBS.
11/08/1909 a 10/03/1910	13º Regimento de Cavalaria	3ª Região de Inspeção (Capital Federal)	Aspirante a Oficial	
11/03/1909 a 02/05/1910	4ª Companhia Isolada	5ª Região de Inspeção (Paraíba do Norte-PB)	Aspirante a Oficial	
28/05/1910 a 12/04/1911	50º Batalhão de Caçadores	7ª Região de Inspeção (Salvador-BA)	Aspirante a Oficial	
13/04/1911 a 04/03/1912	11º Pelotão de Estafetas e Exploradores	7ª Região de Inspeção (Salvador-BA)	Aspirante a Oficial	
05/03/1912 a 20/02/1913	6º Batalhão de Artilharia	7ª Região de Inspeção (Salvador-BA)	Aspirante a Oficial	
26/04/1912 a 04/03/1913	4ª Companhia Isolada	5ª Região de Inspeção (Paraíba do Norte-PB)	Segundo-Tenente	(1)
05/03/1913 a 22/08/1913	13º Regimento de Cavalaria	3ª Região de Inspeção (Capital Federal)	Segundo-Tenente	(1)
12/03/1913 a 14/09/1914	Brigada Policial do Distrito Federal	Capital Federal (Rio de Janeiro)	Capitão	(2)
23/08/1913 a 16/02/1915	11º Regimento de Cavalaria	12ª Região de Inspeção (Bagé-RS)	Segundo-Tenente	
11/12/1914 a 21/09/1915	Quartel-general da 10ª Região Militar	10ª Região Militar (São Paulo-SP)	Segundo-Tenente	À disposição do Inspetor da 10ª RM
22/09/1915 a 01/02/1918	2º Regimento de Cavalaria	4ª Região Militar (Castro-PR)	Segundo-Tenente	(3)

(1) José Pessoa foi promovido em 26/02/1913 a segundo-tenente de Infantaria, já que o curso da Escola de Guerra formava oficiais de Infantaria e Cavalaria. Em 02/04/1913, amparado pela Lei nº 1.143, de 11/09/1861, mudou para a arma de Cavalaria.

(2) Período em que esteve comissionado junto ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Exerceu a função de ajudante de ordens do comandante da Brigada de Polícia no posto de Capitão. Quando retornou ao Exército, voltou ao posto de Segundo-Tenente.

(3) Nesse período, pouco permaneceu no Regimento, tendo exercido várias outras atividades fora de suas funções: destacado no 53º Batalhão de Caçadores (30/03/1916 a 06/06/1916), auxiliar do Chefe de Gabinete do Departamento de Guerra (07/06/1916 a 17/10/1916), ajudante-de-ordens do comandante da 6ª RM (18/10/1916 a 26/04/1917) e instrutor militar da Faculdade de Direito de São Paulo e do Ginásio São Bento (27/06/1917 a 09/12/1917).

Fontes: Relatório do Ministro da Justiça e Negócios do Interior, 1913-1914 e Fé de Ofício do Marechal José Pessoa, 2016.

¹¹ Manoel Baptista de Moraes, conhecido como Antônio Silvino, atuou nos estados da Paraíba e de Pernambuco entre a última década do Século XIX e a segunda década do Século XX, até ser preso pelas forças policiais pernambucanas, em 1914, no município de Taquaritinga. Silvino adotou o nome do tio, Silvino Aires Cavalcanti de Albuquerque, um cangaceiro que o acolheu ainda jovem, após o assassinato do pai, devido a brigas por terras. (OLIVEIRA, 2011) Curiosamente, Silvino Aires carregava no nome a linhagem dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco. José Pessoa não faz menção a esse fato na narrativa do combate ao cangaço, em suas memórias. Assim, não é possível determinar se havia algum grau de parentesco entre as parentelas de Pessoa e de Antônio Silvino.



No ano seguinte, a experiência de servir com o tio se repetiria, quando o agora General José da Silva Pessoa comandava a Brigada Policial do Distrito Federal¹². Por meio de uma solicitação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, José Pessoa, já promovido a Segundo-Tenente, foi nomeado ajudante de ordens do tio, permanecendo na função até setembro de 1914, quando foi exonerado a pedido. No período em que permaneceu cedido à Brigada Policial, exerceu suas funções no posto de Capitão¹³. Foi, ainda, instrutor de esgrima de baioneta dos membros da força policial. Nessa ocasião, a fim de uniformizar o ensino e tornar mais rápida a difusão dessa prática, publicou o trabalho *Instrução para Esgrima de Baioneta*, impressa pela gráfica da instituição (RELATÓRIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR, 1913-1914).

Nos anos de 1910, 1911 e 1917, José Pessoa desempenhou a função de instrutor militar de Sociedades de Tiro¹⁴ e de Escolas de Instrução Militar¹⁵, nas unidades pelas quais passou. Na 7ª

¹² A Brigada Policial do Distrito Federal foi regulamentada pelo Decreto nº 958, de 6 de novembro de 1890, sendo incumbida de velar pela segurança pública, manter a ordem e executar as leis, por meio dos respectivos corpos aquartelados em diversas freguesias, cuja ação compreendia todo o distrito da Capital Federal. O governo podia ainda convocar a Brigada para auxiliar nas operações do Exército, em caso de guerra.

¹³ Como não foram localizados os seus assentamentos na força policial, não foi possível determinar como foi efetivada essa mudança de posto. Quando cessou o seu comissionamento, retornou aos corpos de tropa do Exército no posto de segundo-tenente. Cf.: Fé de Ofício do Marechal José Pessoa, 2016.

¹⁴ As dificuldades encontradas pelo Exército Brasileiro na campanha da Tríplice Aliança em relação ao pouco preparo da tropa na prática de tiro levaram o Ministério da Guerra a estender o ensino e a prática do tiro aos civis com a criação do Tiro Nacional, no Rio de Janeiro, em 1898. Subordinado à 4ª Região Militar, tinha a finalidade de ministrar a prática do tiro com armas portáteis aos oficiais e praças do Exército e demais organizações armadas federais e aos civis previamente matriculados. A adesão dos civis foi ampla, principalmente dos alunos das faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Tão logo aprendiam as técnicas de tiro, recebiam um atestado assinado pelo comandante do distrito militar e eram excluídos, podendo retornar somente em caso de competições. Usavam sua própria munição e armamento. O sucesso alcançado pelo Tiro Nacional, principalmente após 1904, fez prosperar no Brasil a criação de sociedades recreativas de tiro. (PINTO, 2015, p. 116) Em 1906, por uma iniciativa do ministro da Guerra Hermes da Fonseca, foi criada a Confederação do Tiro Brasileiro (CTB), pelo Decreto Legislativo nº 1.503, de 5 de setembro de 1906. A entidade passou, assim, a regular o funcionamento das sociedades de tiro. Ao aderir à Confederação, cada agremiação recebia um número e passava a ser denominada pelo nome da localidade em que se encontrava. Os instrutores das sociedades de tiro eram nomeados pelo ministro da Guerra, a pedido do presidente da CTB. A Confederação foi extinta em 1917, sendo substituída pela Diretoria Geral do Tiro de Guerra, criada pelo Decreto nº 12.708, de 9 de novembro de 1917. As sociedades confederadas passaram a se chamar Tiros de Guerra, até hoje existentes.

¹⁵ O sucesso conquistado pelo Ministério da Guerra com a Confederação do Tiro Brasileiro levou os sucessivos ministros a dedicarem-se à ampliação de seu *front*, investindo na educação militar da juventude escolar. Através de medidas legais e outras, com um misto de persuasão e política, conseguiram com que parte do sistema educacional brasileiro aceitasse as Escolas de Instrução Militar (EIM) em suas instituições, proporcionando, aos seus alunos, além de um currículo da tradição escolar, um outro, o da cultura militar, voltado para o preparo dessa juventude à guerra, fornecendo-lhes instruções típicas de combatentes, formando-os como reservistas de 2ª categoria do Exército, ao fim de cada ano. O principal objetivo das EIM era transformar os alunos-sócios em reservistas do Exército Brasileiro. Além das instruções tipicamente militares, os uniformes dos alunos possuíam uma aparência muito semelhante aos dos militares, tornando-se praticamente uma cópia, diferindo somente na cor, sendo a "kaki" a mais utilizada. A instrução militar era ministrada em complemento à formação escolar e as instituições de ensino civis que abrigavam as EIM possuíam em suas dependências reservas de armamentos. Sua destinação era exclusivamente ao ensino dos fundamentos mais elementares para transformar a juventude em cidadãos aptos a uma convocação. A formação completa era aplicada no ano escolar e os alunos que completassem o programa recebiam a Caderneta de Reservista, contendo a comprovação de seu aproveitamento militar. Assim como as sociedades de tiro, as EIM estavam sob o controle da CTB e os seus instrutores eram nomeados pelo ministro da Guerra. (PINTO, 2015, p. 167-170)



Região de Inspeção, José Pessoa foi instrutor da Sociedade de Tiro nº 86, domiciliada em Salvador, em três ocasiões: de 23 de outubro a 20 de dezembro de 1910 e de 20 de fevereiro a 11 de abril de 1911, quando serviu no 50º Batalhão de Caçadores, e de 15 de abril de 1911 a 4 de março de 1912, quando estava no 11º Pelotão de Estafetas e Exploradores. Quando em serviço no 6º Batalhão de Artilharia de Posição (Salvador-BA), foi instrutor do Tiro Baiano (5 a 19 de março de 1912) e, cumulativamente a este, do Tiro de Pirajá (20 de março a 5 de abril de 1912). Durante o período em que serviu no 50º Batalhão de Caçadores, José Pessoa acumulou, ainda, a função de auxiliar de instrutor da Faculdade de Medicina de Salvador, nos períodos compreendidos entre 4 de junho e 15 de setembro de 1910 e de 1º a 22 de outubro de 1910 (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

Em abril de 1917, foi nomeado instrutor das escolas de instrução militar da Faculdade de Direito de São Paulo e do Ginásio São Bento. Em suas memórias, considera ter sido esta a sua primeira experiência de comando. Lembra das dificuldades encontradas nos primeiros meses de instrução, devido à maneira “desdenhosa” com que foi recebido pelos alunos, em sua grande maioria pertencentes à elite social paulistana, por não mostrarem intimidade nenhuma com a instrução militar. Entretanto, após um longo e intenso período de instrução, a Companhia de Caçadores da Faculdade de Direito passou a ser vista como um exemplo entre as demais escolas de instrução da capital paulista, o que lhe rendeu elogios do inspetor da 6ª Região Militar, General Luiz Barbedo. (ALBUQUERQUE, 1953, pasta II).

No dia 25 de agosto de 1917, o *Correio Paulistano* publicou uma nota em que deu destaque aos exercícios militares executados pela Companhia de Caçadores da Faculdade de Direito e ao programa de instrução inteiramente prático elaborado por José Pessoa. O seu sucesso com os alunos rendeu-lhe, dentre os acadêmicos, o apelido de “jovem general”. No mês seguinte, durante as comemorações do Dia da Independência, o batalhão acadêmico, formado pelas escolas de instrução do Mackenzie College, das escolas de Engenharia e Medicina e a Companhia de Caçadores da Faculdade de Direito, comandada por Pessoa, desfilou na Capital Federal. A tropa, bem instruída, equipada e com a sua marcha uniforme e cadenciada, provocou vibrantes aplausos da assistência e lhe rendeu um troféu destinado à sociedade de melhor preparação militar, ofertado pelo Ministro da Guerra. Em novembro, a Companhia de Caçadores participou das manobras de combate simulado da 6ª Região Militar, tendo sido elogiada pelo inspetor daquela grande unidade, pela “perícia no manejo e emprego das armas, além da resistência às marchas”. Finalmente, em 8 de dezembro, perante uma banca composta por José Pessoa e pelos Tenentes Antônio Paiva de Sampaio e Aarão Jefferson Ferraz, cinquenta e quatro alunos de Direito prestaram os exames de reservistas, como preconizava o



Regulamento para a Execução do Alistamento e Sorteio Militar¹⁶, de 1908. Todos foram aprovados (ROESLER, 2021).

Imagem 2 – Companhia de Caçadores da Faculdade de Direito posando no Alto de S’Antana, por ocasião da sua última marcha militar, ago. 1917. Na primeira fileira está José Pessoa (primeiro da esquerda para a direita, segurando a espada).



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Revista A Cigarra, 24 ago. 1917.

3 A Primeira Guerra Mundial Chega ao Brasil

A Primeira Guerra Mundial já se arrastava há três anos quando José Pessoa teve, certamente, a maior experiência de sua carreira militar como oficial subalterno, ao incorporar-se, voluntariamente, ao Exército francês, para combater nos campos de batalha europeus.

No final de julho de 1914, chegaram ao Brasil os primeiros ecos do grande conflito mundial. As edições do dia 27 de julho do jornal *O Estado de São Paulo* e as de 29 de julho do *Correio Paulistano* e dos jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* noticiaram, em destaque, a declaração de guerra do Império Austro-Húngaro à Servia. Por meio da imprensa escrita, a população brasileira acompanhava sobressaltada o envolvimento das grandes potências europeias no conflito, em notícias publicadas diariamente. A preocupação do governo brasileiro centrava-se principalmente nas dificuldades financeiras que a guerra europeia poderia acarretar para o País. A edição do dia 3 de agosto de 1914 do jornal carioca *A Noite* noticiou a reunião ministerial convocada pelo Presidente Hermes da Fonseca para discutir “as providências a serem tomadas pelo governo para atenuar os efeitos da guerra europeia no nosso país e para socorrer os brasileiros que estão nos países conflagrados”.

¹⁶ Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908.



À época em que a guerra iniciou, as principais relações comerciais e diplomáticas brasileiras passavam pela Europa. A Inglaterra era a principal parceira política e credora do País, seguida timidamente pela Alemanha, que vinha incrementando gradativamente as transações comerciais e diplomáticas no território nacional, e pela França. Diante disso, o governo brasileiro tomou uma postura neutra em relação ao conflito. O Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, estabelecia as “regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potências estrangeiras”. As cláusulas do Decreto proibiam os residentes no Brasil de qualquer tipo de participação ou auxílio em favor das nações beligerantes, bem como de praticar atos hostis contra elas. Também proibia essas nações de promover, em território brasileiro, o alistamento de nacionais ou estrangeiros em suas forças de terra e de mar. Tratavam, ainda, do tráfico marítimo nos portos brasileiros e de atos hostis provocados por navios de guerra dos beligerantes em águas nacionais, o que implicaria uma violação da neutralidade do País e uma ofensa à soberania nacional. (ROESLER, 2021)

Para Silva (2015, p. 636-637), o posicionamento majoritário dos jornais brasileiros a favor da França, da Inglaterra e da Rússia foi impelido pelos laços econômicos com o Império Britânico e de identificação cultural, que amarravam os intelectuais e as elites brasileiras à França. Como ressalta o autor, a *aliadofilia* foi praticamente *francofilia*. Identificada pelos intelectuais e publicistas brasileiros como o berço da civilização, da ordem democrática e republicana, das luzes e das artes, a França conquistou seus corações e mentes. Segundo o autor, a maior parte das notícias internacionais que abasteciam os periódicos nacionais chegavam por intermédio das agências francesa *Havas* e da britânica *Reuters*. Dessa forma, elas dedicaram-se a divulgar relatos e impressões a favor dos aliados, em uma tentativa de modelar as impressões do conflito entre aqueles que o assistiam de longe.¹⁷

Diariamente, colunas e cartas endereçadas às redações dos jornais, com diferentes opiniões a respeito do conflito, eram publicadas. Os partidários da neutralidade brasileira reconheciam a dificuldade da manutenção dessa posição, devido às pressões externas e internas sofridas pelo governo. Entretanto, combatiam os argumentos dos intelectuais brasileiros que defendiam a entrada do País na guerra, acusando-os de falta de patriotismo, pois entendiam que a neutralidade era a única situação capaz de atender aos interesses nacionais. Por sua vez, os *germanófilos* entendiam que o Brasil alcançaria o progresso ao lado dos alemães, representantes do inédito e das inovações tecnológicas, contra a hegemonia econômica exercida pela Inglaterra e preponderância intelectual da França. Para eles, a Alemanha era sinônimo de renovação, e o Brasil obteria muitas vantagens econômicas e políticas ao optar pelo apoio à causa germânica no conflito. Já os defensores da Entente entendiam que os aliados representavam o verdadeiro ideal de liberdade e democracia para o mundo.

¹⁷ Silva (2015, p. 639-640) aponta que no Rio de Janeiro, por exemplo, os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* abriam espaço para a divulgação de opiniões pró-Alemanha, enquanto os jornais *A Noite*, *Gazeta de Notícias*, *O Imparcial* e *Jornal do Commercio* eram notadamente aliadófilos.



Admiradores da cultura francesa e do ideal de latinidade pretendiam o rompimento de qualquer relação com a Alemanha e seus parceiros. O grupo dos *aliadófilos* era composto por escritores, políticos e jornalistas. Rui Barbosa, Graça Aranha e Olavo Bilac eram algumas das personalidades defensoras dessa corrente de pensamento. Sob a perspectiva *aliadófila*, a neutralidade era uma prova de covardia. Os países que a adotavam omitiam-se perante a responsabilidade de defender o considerado mundo livre, sacrificando um dever em razão de propósitos de cunho econômico (PIRES, 2013, p. 27-40).

Entretanto, Daróz (2016, p. 47) lembra que, se existia um número elevado de notáveis que defendiam a causa aliada, os *germanófilos* também se organizaram em torno de personalidades da política e da intelectualidade brasileira, como: João Dunshee de Abranches, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o escritor Capistrano de Abreu, o diplomata Oliveira Lima, o jornalista Assis Chateaubriand e o chanceler Lauro Müller. Esse grupo defendia a manutenção da neutralidade do País, por entender que a guerra tinha motivações comerciais, cujo propósito era impedir a ascensão comercial da Alemanha. Eles também se utilizavam dos meios de comunicação disponíveis à época e confrontavam os *aliadófilos* sempre que podiam, cuja ação, diziam ser inútil à causa aliada e contrária aos interesses do Brasil.

O posicionamento a favor ou contra um dos lados beligerantes também chegou às Forças Armadas. No Exército, os posicionamentos ficaram bastante evidentes nos debates que se estabeleceram em torno da contratação de uma missão militar estrangeira, para a modernização da instrução e do ensino da Instituição.

Não havia um consenso sobre a origem dessa missão militar, prevalecendo as discussões em torno de duas potências europeias envolvidas no conflito: Alemanha e França. Pugnava por uma missão alemã a ala “progressista” do Exército, que tinha entre os seus legítimos representantes os Jovens Turcos¹⁸. O grupo, como aponta Luna (2011, p. 117), via o Exército germânico como o mais bem preparado da Europa em termos de equipamento e doutrina. Já dentre os *francófilos*, segundo McCann (2009, p. 258), destacou-se o General Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra do Presidente Delfim Moreira, principal defensor da contratação de uma missão militar francesa.

Ao estudar as relações militares e comerciais entre Brasil e Alemanha nas primeiras décadas da República (1889-1920), Luna (2011) estabelece um amplo debate a respeito das intenções do governo brasileiro, especialmente do Ministério da Guerra, em relação à contratação de uma missão

¹⁸ O termo faz menção ao grupo reformista de jovens oficiais do Exército Brasileiro que estagiaram no Exército alemão, entre os anos 1910 e 1912. No retorno ao Brasil fundaram a revista *A Defesa Nacional*, em 1913, por meio da qual divulgavam as suas ideias modernizantes para a Instituição. O apelido era uma alusão ao grupo de jovens oficiais turcos, de caráter nacionalista que, através de uma revista também intitulada *A Defesa Nacional*, propunham a reforma das forças armadas turcas. A exemplo do grupo brasileiro, também haviam estagiado na Alemanha e, ao retornarem à Turquia, participaram das lutas pela modernização e reconstrução daquele país ao lado de Mustafá Kemal. Com o fortalecimento do grupo, a alcunha tornou-se positiva, passando a simbolizar aqueles que lutavam pela profissionalização do Exército. (ROESLER, 2015)



militar estrangeira de instrução ainda na segunda década da República. A autora mostra que, nos Ministérios da Guerra dos Generais Mallet (1898-1902), Argolo (1902-1906) e Hermes da Fonseca (1906-1908), houve um aprofundamento da dependência externa do Exército e das relações militares com a Alemanha, em meio a um contexto de imperialismo em que essas relações ficaram marcadas por uma forte concorrência exercida por outras potências, como a Inglaterra, os Estados Unidos e, sobretudo, a França. Ao longo desse período, França e Alemanha foram os protagonistas da disputa pelo predomínio da influência militar sobre o Exército Brasileiro, tentando ganhar a concorrência da compra de armamentos e do envio de uma missão militar de instrução ao Brasil.

A concorrência acirrada que se estabeleceu até 1919, quando foi contratada uma missão militar francesa de instrução, deu-se por meio de iniciativas como: o convite para que oficiais brasileiros estagiassem no Exército alemão, entre os anos de 1906 e 1912; o convite para que Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra, visitasse os países europeus, entre 1908 e 1910, para assistir às manobras militares e conhecer as fábricas de armamentos; e as ruidosas campanhas das imprensas nacional e internacional. O acirramento das relações comerciais e militares com a Alemanha, sinalizada pela visita de Hermes àquele país em 1908, levou o Ministério da Guerra a cogitar a contratação de uma missão militar, sendo que a preferência de Hermes tendia a ser para os alemães. O roteiro de visitas do ministro, que privilegiou as manobras de guerra da Alemanha, e não as da França, causou uma forte reação da imprensa francesa, que, de uma maneira geral, criticou a preferência do governo brasileiro pelos alemães, em detrimento dos franceses. O jornal francês *Le Temps*, por exemplo, lembrou dos enormes investimentos que os capitalistas franceses haviam feito na construção de ferrovias e portos no Brasil. A confusão gerada pela imprensa francesa levou Hermes a não firmar com a Alemanha o contrato de uma missão militar de instrução (LUNA, 2011, p. 164-166).

Com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, a proposta da contratação de uma missão militar de instrução alemã tornou-se improvável. Uma sucessão de fatos que levou ao afundamento de navios brasileiros em águas nacionais e internacionais tirou o Brasil da sua condição de neutralidade em relação ao conflito. O bloqueio naval germânico às ilhas britânicas a partir de fevereiro de 1916, que se deu com o uso intenso da guerra submarina, com o objetivo de sufocar a economia da Grã-Bretanha, impactou profundamente a exportação de café brasileiro para os países da Europa por meio marítimo, especialmente para a Inglaterra e para a França. Considerado pela Alemanha um produto de guerra, o café transportado para os seus inimigos era considerado um contrabando e, por isso, qualquer ataque aos navios brasileiros passou a ser justificável. Pesou, ainda, na decisão alemã, o apoio político prestado pelo presidente Wenceslau Brás à entrada dos Estados Unidos na guerra, depois de onze navios mercantes que navegavam sob bandeira norte-americana terem sido afundados ou avariados por torpedos alemães no Atlântico (ROESLER, 2021).



Entre os meses de abril e outubro de 1917, navios brasileiros foram vítimas da guerra submarina alemã. No dia 4 de abril de 1917, o navio mercante Paraná, que se deslocava do Rio de Janeiro para o porto de Havre, na França, com uma carga de café e feijão, foi torpedeado por um submarino alemão e afundou no Canal da Mancha. Três tripulantes morreram no episódio, o que causou uma grande comoção na população brasileira. O afundamento desse navio gerou uma intensa onda de protestos e diversas manifestações públicas a favor da declaração de guerra ocorreram em toda a Nação. A campanha militarista aprofundou-se e uma reação violenta contra instituições alemãs no Brasil, como bancos, escolas, restaurantes e casas comerciais, ocorreu. No dia 11 de abril, o País rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e os diplomatas alemães foram expulsos do território brasileiro (DARÓZ, 2016, p. 90-92).

No mês seguinte, mais navios brasileiros seriam alvos de torpedeamento por submarinos alemães. Na noite de 20 de maio, quando navegava em águas francesas, no Canal da Mancha, o cargueiro *Tijuca* foi atingido. Um marinheiro perdeu a vida no evento. Em 22 de maio, o cargueiro *Lapa* foi interceptado e afundado pelos alemães na costa espanhola. Felizmente, ninguém morreu nessa ocasião. Os dois navios brasileiros estavam transportando sacas de café para a França. O afundamento desses navios levou ao fim da neutralidade brasileira diante do conflito. Em 2 de junho de 1917, por meio do Decreto nº 12.501, o governo fez o confisco de navios alemães que se encontravam retidos nos portos brasileiros, o que provocou protestos da embaixada alemã dos Países Baixos, representante dos interesses da Alemanha junto ao Brasil após o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países (VINHOSA, 2015, p. 82-95).

Em 18 de outubro, o quarto navio brasileiro foi torpedeado por um submarino alemão em águas espanholas. Dessa vez, o cargueiro *Macau*, que também transportava café para a França. A notícia do afundamento do *Macau* gerou uma forte revolta da população, que passou a pressionar o governo brasileiro pela entrada do Brasil no conflito europeu. Dias depois, em 25 de outubro, Wenceslau Braz encaminhou ao Congresso Nacional uma mensagem em que demonstrava a sua disposição em romper a neutralidade e reconhecendo que, na verdade, o Brasil já se encontrava em guerra. No dia seguinte, após um amplo debate entre os deputados e senadores da República, o Congresso publicou o Decreto nº 3.361, reconhecendo o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil (VINHOSA, 2015, p. 82-95).

Com a entrada na guerra ao lado da Entente, e a conseqüente aproximação com a França, o Brasil aproveitou para alinhar a sua doutrina com a dos franceses e, também, adquirir material bélico daquele país. Como lembra Daróz (2016), a declaração de guerra interrompeu o fluxo de material bélico e o intercâmbio militar com a Alemanha, deixando o Exército Brasileiro sem uma fonte capaz de atender às suas necessidades de suprimento e equipamento, o que o fez procurar por novos



fornecedores. Essa situação tornava-se mais grave em decorrência da inexpressiva indústria bélica brasileira, incapaz de suprir as necessidades das Forças Armadas.

Sendo assim, por uma iniciativa do General Caetano de Faria, Ministro da Guerra, foi criada a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França¹⁹, composta por vinte e seis oficiais e chefiada pelo General Napoleão Felipe Aché, um militar experiente que, como Capitão, lutara na Campanha do Contestado. Dentre os oficiais designados, estava José Pessoa. Daróz (2016, p. 145), resume a finalidade da Missão:

A Missão Aché, como ficou conhecida a Comissão de Estudos, tinha por objetivo reunir a maior quantidade de conhecimentos no tocante à doutrina militar francesa, inclusive com a participação de oficiais brasileiros em combate, bem como a aquisição do material bélico necessário para remodelar o Exército brasileiro segundo os padrões da força terrestre daquele país.

De um modo geral, os integrantes da Missão Aché visitaram importantes sítios e instalações militares do Exército francês. Rodrigues (2010, p. 108) aponta que alguns oficiais integraram unidades de combate francesas por cerca de três meses, de setembro a novembro de 1918. Muitos desses oficiais foram condecorados e promovidos por atos de bravura em combate. Assim que chegaram à Europa, antes de serem incorporados a essas unidades, esses oficiais realizaram estágios em escolas militares do Exército francês, dentre eles a renomada *Saint-Cyr*, ocasião em que começaram a atualizar os seus conhecimentos doutrinários relativos às suas especialidades. O autor lembra, ainda, a importância que a Missão teve para o julgamento e a análise que instruíram o processo de contratação da Missão Militar Francesa de instrução, a partir de 1919.

Quadro 1 – Comissão de Estudos de Operações e Aquisições de Material na França.

Subcomissões	Militares
Subchefe da Comissão	Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro
Secretário	Segundo-Tenente Octávio Monteiro Aché
Serviço de Estado-Maior	Major João Batista de Oliveira Brandão Júnior
	Primeiro-Tenente Álvaro Áreas
Serviço de Administração	Primeiro-Tenente José Nery Eubanck da Câmara
Serviço de veterinária	Major Joaquim Moreira Sampaio
Aviação	Primeiro-Tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima
	Primeiro-Tenente Mário Barbedo
	Segundo-Tenente Bento Ribeiro Carneiro Monteiro
Artilharia	Primeiro-Tenente Demócrito Barbosa
	Primeiro-Tenente Sebastião do Rego Barros
	Segundo-Tenente Carlos de Andrade Neves
Infantaria	Major Tertuliano de Albuquerque Potyguara
	Capitão Praxedes Theodulo Silva Júnior
	Segundo-Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima
Cavalaria	Major Firmino Antonio Borba
	Primeiro-Tenente Izauro Reguera

¹⁹ A Comissão foi criada por meio do Aviso Reservado nº 914, do Ministro da Guerra, de 21 de dezembro de 1917.



Subcomissões	Militares
	Primeiro-Tenente Christóvão de Castro Barcellos
	Primeiro-Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque
Corpo de Saúde	Major Rodrigo de Araújo Aragão Bocão
	Capitão Cleómenes Lopes de Siqueira Filho
	Capitão João Affonso de Souza Ferreira
	Capitão Alarico Damázio
	Capitão João Florentino Moreira
	Capitão Manoel Esteves de Assis
	Primeiro-Tenente Carlos da Rocha Fernandes

Fonte: Rodrigues, 2010.

José Pessoa faz um longo relato, em sua autobiografia, dos momentos passados nos campos de batalha europeus, durante a Primeira Guerra Mundial, a começar pela viagem feita do Rio de Janeiro à França, juntamente com os demais integrantes da Missão Aché. Ele não se prende a datas em sua narrativa. Portanto, não foi possível determinar, em muitos momentos, os períodos exatos em que os fatos ocorreram. As datas citadas nos próximos parágrafos foram retiradas da Fé de Ofício de José Pessoa e do Histórico do 4º Regimento de Dragões, o que permitiu inferir o momento em que aconteceram determinados fatos por ele vividos.

Imagem 3 – Integrantes da Missão Aché na França (José Pessoa indicado por uma seta), 1918.



Fonte: Acervo do Museu da República. Coleção Cristóvão Barcellos.



4 Nos Campos de Batalha Belgas

José Pessoa partiu do porto do Rio de Janeiro, com destino a Londres, no dia 9 de janeiro de 1918, a bordo do transatlântico *Darro*, da armadora inglesa *Royal Mail Steam Packet (RMSP)*. Antes, porém, de seguir para a capital inglesa, o navio dirigiu-se para a costa sul-africana, ancorando em Freetown, à época capital da possessão inglesa de Serra Leoa. Naquele porto, o *Darro* foi reabastecido e incorporado a um comboio formado por cerca de vinte navios mercantes, que seriam escoltados até Londres por uma esquadra inglesa, formada por cinco contratorpedeiros e um cruzador ligeiro da Marinha Real britânica (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I).

Segundo Pessoa, a viagem para a Grã-Bretanha foi tensa, devido à campanha submarina alemã. Durante todo o trajeto, viajaram afastados da costa, para escapar dos ataques alemães. À noite, não era permitido acender as luzes da embarcação, tampouco fumar. Também não era permitida a emissão de qualquer tipo de som, podendo-se conversar somente em tom baixo e com a voz abafada. Não havia qualquer tipo de divertimento. Os dias eram igualmente monótonos. Os passageiros ficavam sempre no tombadilho do navio, com os petrechos de salvamento à mão e com os olhos no horizonte, à procura de algum submarino inimigo (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I).

A monotonia da viagem foi quebrada em duas ocasiões. Na primeira, na altura do arquipélago das Canárias, entre as ilhas de Palma e Tenerife, o navio francês *Bayard*, que transportava uma grande carga de substâncias explosivas, foi atingido por torpedos alemães. José Pessoa conta que se encontrava no convés do *Darro*, em companhia de outros oficiais brasileiros, quando avistaram os rastros dos torpedos alemães em direção ao navio francês. Pouco tempo depois, uma grande explosão foi ouvida no meio do comboio. Em pouco tempo o *Bayard* afundou envolto em chamas, ao mesmo tempo em que muitos tripulantes do navio eram vistos se debatendo na água e tentando se agarrar nos destroços. A resposta da esquadra inglesa que escoltava o comboio foi imediata. Em uma manobra rápida, os navios ingleses, assim como as peças de artilharia instaladas no *Darro*, conseguiram engajar o submarino alemão que foi atingido e afundou no Atlântico. Os botes de socorro conseguiram salvar poucos náufragos do cargueiro francês. Os do *Darro* recolheram apenas três sobreviventes (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I).

O outro evento ocorreu já na costa inglesa, na chegada ao porto de Southampton. O transatlântico *Drina*, também pertencente à *RMSP*, foi torpedeado e afundou, sem fazer vítimas. No entanto, ao contrário do que ocorreu nas Canárias, o submarino alemão não foi localizado e conseguiu fugir (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I).

No dia 8 de fevereiro, deu-se a chegada à Inglaterra, de onde José Pessoa partiu para a França, também por meio naval, pelo Mar do Norte. A chegada definitiva a Paris ocorreu no dia 15 daquele



mesmo mês. No dia 8 de março, apresentou-se ao Chefe da Comissão de Estudos, General Aché. No dia 25 de março, foi nomeado para a subcomissão de Cavalaria, na qual desempenharia as suas funções. Em 13 de abril, apresentou-se ao Chefe do Estado-Maior do Exército francês (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

O restante do mês de abril foi tomado por visitas a instalações militares e reconhecimentos das áreas de operações do Exército francês. De maio a julho, José Pessoa frequentou um curso na Academia de *Saint-Cyr*, juntamente com todos os demais integrantes da Comissão de Estudo. Como já citado, a passagem por *Saint-Cyr* tinha a finalidade de atualizar os oficiais brasileiros acerca do que havia de mais moderno em termos de conhecimentos doutrinários para a guerra. Em 29 de maio, José Pessoa foi promovido a primeiro-tenente. Em 22 de agosto, foi passado à disposição do 2º Corpo de Cavalaria do Exército francês, tendo se apresentado em Sateville Lès Rouen, de onde partiu para o *front*, ficando adido ao 4º Regimento de Dragões (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

A distribuição dos oficiais brasileiros nas unidades francesas não se deu ao acaso. Como aponta Pessoa, antes mesmo de a Comissão de Estudos iniciar os seus trabalhos, uma troca de mensagens realizada entre o General Buat, Chefe do Quartel-General do Estado-Maior do Exército francês, e o General Aché, Chefe da Comissão, decidiu o destino dos seus integrantes (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I). A incorporação dos membros da Missão Aché às unidades francesas foi amplamente noticiada pelos jornais da Capital Federal, como o *Correio da Manhã* (edição de 3 de setembro de 1918), *O Paiz* (edição de 3 de setembro de 1918), *Jornal do Brazil* (edição de 5 de setembro de 1918) e *O Malho* (edição de 7 de setembro de 1918).

Imagem 4 – José Pessoa no posto de Tenente, envergando o uniforme do 4º Regimento de Dragões francês, durante a Primeira Guerra Mundial (sem data definida).



Fonte: Acervo José Pessoa, FGV CPDOC.



4.1 No 4º Regimento de Dragões

O 4º Regimento de Dragões (4º RD) estava enquadrado pela 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC) do Exército francês, comandada pelo General Lasson. No ano de 1918, faziam parte da 2ª DC, ainda, os 8º, 12º e 31º Regimentos de Dragões. A 2ª DC integrava o 2º Corpo de Cavalaria (2º CCav), comandado pelo General Rabillot, juntamente com as 4ª e 6ª Divisões de Cavalaria e a 2ª Divisão de Cavalaria a Pé (2ª DCP)^{20, 21}

O regimento de Dragões francês era uma unidade típica de Cavalaria. Sua organização consistia em um esquadrão de Estado-Maior e quatro esquadrões operacionais, a cavalo.²² Cada esquadrão operacional era constituído por quatro pelotões. Comandava o 4º Regimento, em 1918, o Coronel De Fournas. Os esquadrões eram comandados por capitães, e os pelotões por tenentes. José Pessoa compôs o efetivo do 1º Esquadrão, sob o comando do Capitão De Vrie, um veterano do conflito, que estava servindo no 4º de Dragões desde 1914. O efetivo de um esquadrão variava de 130 a 150 homens. O pelotão tinha entre 40 e 50 homens.²³

O 4º Regimento de Dragões participou das principais ações empreendidas pela 2ª DC na Primeira Guerra Mundial. Atuando na região central da Frente Ocidental entre 1914 e 1915, teve as suas ações deslocadas para o norte, a partir de 1916. Dentre os grandes eventos bélicos de que tomou parte, estão: as batalhas de Sarrebourg e Grand Couronné, em 1914; a 2ª Batalha de Champagne, em 1915; a Batalha do Somme, em 1916; e a 3ª Batalha de Flandres, a 2ª Batalha de La Manne e a 3ª Batalha de Picardie, em 1918.²⁴

Entre julho e novembro, os exércitos aliados realizaram uma sucessão de operações ofensivas na Frente Ocidental, cada uma com objetivos limitados, o que lhes permitiu eliminar as aquisições feitas pelos alemães durante a primavera europeia. Essas ações eliminaram a vontade alemã de resistir. Ao longo desses meses, os aliados superaram os alemães tanto no nível tático como no estratégico. A partir do final de agosto, ocorreram as principais ações da ofensiva, com a frente de

²⁰ A Cavalaria a Pé deslocava-se a cavalo, mas, combatia a pé.

²¹ O Ministério da Defesa francês mantém um extenso arquivo histórico digitalizado, no qual é possível encontrar todas as ordens de marcha e operações das unidades e grandes unidades militares francesas que combateram na Primeira Guerra Mundial. Em relação aos regimentos, esses documentos trazem o registro dos oficiais que comandaram suas frações em combate. Infelizmente, de todos os regimentos que estavam subordinados ao 2º Corpo de Cavalaria, somente os arquivos do ano de 1918 em diante, do 4º Regimento, não estão disponíveis. Cf.: Ministério da Guerra da França. Os Exércitos Franceses na Grande Guerra, Tomo X, 1923 e os Anexos do Tomo VII, de Os Exércitos Franceses na Grande Guerra.

²² Não obstante, os controles de efetivos, previstos nas ordens de marchas, registrarem a existência de cavalos, na razão de um por homem, por vezes eram previstos deslocamentos de pelotões por meio motorizado para a frente de combate. Cf.: Jornal de Marchas e Operações do 4º Regimento de Dragões, 1917.

²³ Essa configuração dos regimentos de Dragões do Exército francês na Primeira Guerra Mundial é encontrada nas ordens de operações de todos os regimentos, entre os anos de 1914 e 1919. As informações dos comandos foram retiradas dos registros de marcha do 4º Regimento de Dragões, de dezembro de 1917. Como esses personagens são citados por José Pessoa, em suas memórias, infere-se que exerceram os mesmos comandos no ano de 1918. Cf.: Jornal de Marchas e Operações do 4º Regimento de Dragões, 1914-1917.

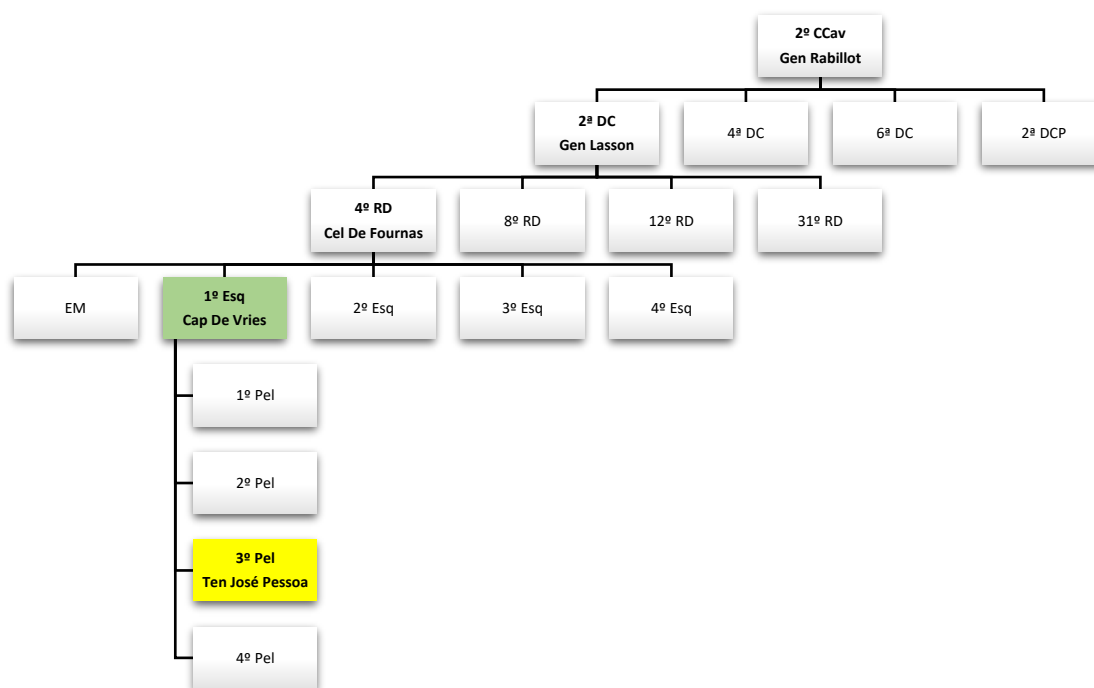
²⁴ Ministério da Guerra da França. Os Exércitos Franceses na Grande Guerra, 1923.



combate dividida em quatro setores: a região dos Flandres, a cargo do Exército belga²⁵; entre o sul da Bélgica e o Rio Somme, sob a responsabilidade dos britânicos; ao sul do Somme e a leste de Verdum, a cargo dos franceses; e, a oeste de Verdum, sob a responsabilidade do Exército norte-americano. (SONDHAUS, 2003, s.p.)

Nesse esforço de guerra, o VI Exército francês, sob o comando do General Degoutte, do qual fazia parte o 2º Corpo de Cavalaria, foi passado à disposição do Rei Alberto I, da Bélgica, para os combates na região dos Flandres. Ao lado dos belgas atuou, ainda, o II Exército britânico. Segundo (SONDHAUS, 2003), esse corpo de exército foi apenas comandado nominalmente pelo rei belga, pois, de fato, o comando das ações foi de Degoutte.²⁶ Sendo assim, em 18 de setembro, o 2º CCav iniciou o seu deslocamento para as cidades de Proven e Rousbrugge-Haringe, onde seria reposicionado o seu quartel-general.²⁷

Gráfico 1 – Enquadramento do pelotão comandado por José Pessoa no Exército Francês, 1918.



Fonte: Ministério da Guerra da França, 1923.

²⁵ Em 4 de agosto de 1914, no início das operações militares na Frente Ocidental, os alemães tomaram Liège, iniciando, assim, a invasão do território belga. Tal ação ocorreu após o governo belga ter negado à Alemanha o direito de trânsito pelo seu território. A intenção dos alemães era, pelo Norte, entrar em território francês utilizando o país belga. (WILLMOTT, 2008, p. 40)

²⁶ Ao Norte, a campanha conduzida por Alberto I, que ficou conhecida na História como a 5ª Batalha de Ypres (28 de setembro a 11 de novembro), na verdade, começou na cidade em ruínas, no oeste de Flandres, mas continuou metodicamente para o nordeste, superando os IV e VI exércitos alemães e libertando os distritos costeiros da Bélgica, ao avançar para a Antuérpia. No momento do armistício, o Exército belga tinha feito a sua frente avançar 72 km a leste de seus pontos de partida. Porém, não atingiu o seu objetivo final, que era a Antuérpia, que ainda permanecia nas mãos dos alemães. (SONDHAUS, 2003, s.p.)

²⁷ Ministério da Guerra da França. Os Exércitos Franceses na Grande Guerra, 1923 e 1938.



José Pessoa apresentou-se no 4º RD, na região de Beauvais, no dia 5 de setembro de 1918, em plena Ofensiva dos Cem Dias²⁸. Relata ter sentido uma grande decepção por nenhuma função militar ter sido atribuída aos estrangeiros voluntários. Mais tarde, compreendeu que se tratava de uma medida de justa cautela e previdência adotada pelo comando francês (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I).

A apresentação no início de setembro se deu a tempo de permitir-lhe acompanhar, a partir de 18 de setembro, o deslocamento do 4º RD para o Flandres, o que ocorreu na esteira da 2ª Divisão de Cavalaria. Durante o deslocamento, nas longas e contínuas cavalgadas, os militares do Regimento, além das atividades de rotina, limitavam-se a conduzir as suas montarias, ora a pé, ao passo, ora montado, ao trote, acompanhando o conjunto da 2ª DC. À noite, quando a marcha não prosseguia, a tropa estacionava e realizava um bivaque, sempre em posição de alerta, permanecendo os cavalos encilhados. Após nove extenuantes jornadas, o Regimento atravessou a fronteira franco-belga em Neuve-Chapelle, atingindo a região de Herzelle. Nessa região ficaram concentradas as tropas de Cavalaria francesas. A missão do 4º RD era acompanhar o ataque belga em direção à região de La Lys, que iniciaria em 29 de setembro (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I; HISTÓRICO DO 4º REGIMENTO DE DRAGÕES, 1921).

Em 30 de setembro, o Exército belga, apoiado pelos exércitos francês e britânico, atravessou a floresta de Houtulst e atingiu o cume do monte Passchendaele. Na noite desse dia, o 4º RD bivacou a oeste de Ypres, em um terreno repleto de buracos cheios de água, abertos pelas granadas da artilharia inimiga. No dia 1º de outubro, deslocou-se até a frente de combate. A marcha se deu por uma estrada enlameada, previamente demarcada pelas tropas aliadas em meio ao campo de batalha, sob chuva e neve incessantes. Esse caminho era o único meio de comunicação com a primeira linha do combate (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I; HISTÓRICO DO 4º REGIMENTO DE DRAGÕES, 1921).

Finalmente, às 14 horas do dia 1º de outubro, o Regimento atingiu o cruzamento do Passchendaele, de onde foi possível vislumbrar o estado caótico do campo de batalha:

...uma imensa bacia alagada, emaranhada de arame farpado, tornando a circulação singularmente difícil e precária; bem próxima de nós a cidade de Roulers, em poder do inimigo e debatendo-se numa obstinada resistência, já quase toda destruída pelo incêndio e as explosões dos projéteis de todos os calibres que não cessavam de cair sobre ela. (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I, p. 25-26).

O 4º de Dragões foi prontamente empregado, mas, não obteve sucesso ao tentar romper as linhas da infantaria inimiga. Sendo assim, parou durante a noite, “sob o troar incessante dos canhões e o ruído infernal das demais armas”. No dia seguinte, ao alvorecer, José Pessoa saiu em uma missão de reconhecimento acompanhando o Tenente Delpon, também do 4º RD. Ao retornar, participou de uma reunião em que o Capitão De Vries, comandante do seu esquadrão, leu uma ordem de operações

²⁸ Ofensiva dos Cem Dias foi como ficou conhecida a ofensiva empreendida pelos aliados a partir do final de agosto de 1918.



do comando de Cavalaria e distribuiu a cada um dos oficiais a missão que teriam que cumprir nas próximas ações de combate. Ao dirigir-se para o oficial brasileiro, De Vries falou: “E você, Sr. Pessoa, sem comando, sem missão”. Pessoa relata que sentiu o terreno fugir-lhe aos pés. Considerou a atitude do comandante de esquadrão uma atitude de desconfiança, que lhe atingiu os brios de militar. Entretanto, inconformado com a frase, que considerou ultrajante à sua farda e ao seu posto, respondeu ao Capitão: “no meu Exército, quando um oficial não tem comando, combate como soldado e que, desse modo, seguiria eu também para a frente, compartilhando da sorte do meu Esquadrão e de meus companheiros”. “Se você quiser”, foi a resposta seca de De Vries. (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I, p. 26)

Após a distribuição das ordens, o esquadrão ultimou os preparativos para a missão que iria cumprir, partindo pouco tempo depois para o engajamento do inimigo. José Pessoa relata que o Regimento conseguiu levar a termo a missão que lhe fora dada, apesar do grande número de baixas que sofreu. Na noite daquele dia, foram substituídos na frente de combate e puderam, no dia 3 de outubro, retornar à área de retaguarda, ocupando a área de Kainse-Hoffland, onde permaneceram até o dia 14 de outubro. Na manhã seguinte ao retraimento, o Coronel De Fournas, Comandante do Regimento, fez a crítica da ação desenvolvida na frente de combate. Nessa ocasião, elogiou o desempenho do 1º Esquadrão e, dirigindo-se para Pessoa, apertou-lhe fortemente a mão, dizendo: “Sr. Pessoa, você fez bem o seu papel” (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I, p. 27).

Um dia após ser elogiado pelo Comandante do Regimento, José Pessoa foi novamente surpreendido, quando, durante a leitura do boletim da unidade, ouviu seu nome ser citado para receber a Cruz de Guerra²⁹. Também, devido a uma série de mudanças nos comandos dos pelotões, assumiria o comando de um pelotão do 1º Esquadrão. Terminada a leitura, o Capitão De Vries conduziu-o pelo braço à presença dos soldados do 3º Pelotão, a quem dirigiu a palavra: “Camaradas, o Tenente Pessoa será de hoje em diante o comandante do vosso pelotão”. Prontamente todos se perfilaram e prestaram-lhe a continência. Do momento, considerado por José Pessoa um dos mais emocionantes da sua vida, lembra:

Lemos no rosto viril daqueles valentes soldados a simpatia confinante e sincera que une os lutadores de uma mesma causa, caldeados no fragor das pelejas em que se expõe a vida pela vitória de um ideal comum. E esta confiança e simpatia nunca me abandonaram até o fim da peleja, em 11 de novembro de 1918, quando deixei, na mais tocante das despedidas, o meu 4º Regimento de Dragões, tradição e glória da cavalaria francesa. (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta I, p. 27).

²⁹ A Cruz de Guerra foi criada por lei pelo Presidente da República da França em 8 de abril de 1915. Destinava-se a condecorar os atos individuais de bravura dos militares franceses durante a Primeira Guerra Mundial. A condecoração de José Pessoa foi noticiada em dois jornais da Capital Federal: a *Gazeta de Notícias*, de 5 de novembro de 1918, e *O Paiz*, de 13 de novembro de 1918. Este último, além de noticiar o recebimento da condecoração, ainda publicou um extenso texto com a trajetória militar de José Pessoa até a sua ida para a guerra.



Câmara (2011, p. 62) aponta que Pessoa, durante a campanha do Flandres, comandou, também, um pelotão formado por soldados turcos. Segundo um depoimento do Brigadeiro Pessoa (1984 *apud* CÂMARA, 2011, p. 62), filho de José Pessoa, essa experiência de comando, em particular, havia impressionado sobremaneira o seu pai. A rusticidade e a agressividade dos soldados turcos transformavam-nos em verdadeiras máquinas combatentes, capazes de realizar atos de bravura inimagináveis. Por outro lado, uma atitude desses soldados causou horror a José Pessoa. Era comum a esses combatentes, em um preito de profunda admiração, ofertar a seus comandantes um colar feito com as orelhas cortadas das cabeças dos inimigos que haviam acabado de vencer em encarniçados combates corpo a corpo.

A partir de 16 de outubro, o 4º RD passou a operar em estreita ligação com as tropas de infantaria, executando patrulhas de reconhecimento nas linhas inimigas. Em 28 de outubro, acompanhando o reposicionamento da 2ª DC, o Regimento mudou a sua área de estacionamento para a região de Gitsberg. Em 10 de novembro, a unidade deslocou-se para Landelede. Foi nessa pequena aldeia do Flandres que, à meia-noite, os militares ficaram sabendo da assinatura do armistício que deu fim à Primeira Guerra Mundial (HISTÓRICO DO 4º REGIMENTO DE DRAGÕES, 1921).

No dia 12 de novembro, o 4º RD deixou de integrar a 2ª DC e passou a integrar a missão francesa próxima ao Exército britânico, deslocando-se para Roubaix. No dia 15 de novembro, a unidade foi dividida. O Estado-Maior, juntamente com os 1º e 2º Esquadrões, partiu em direção a Lille, instalando-se no distrito de Kléber. Como compunha o efetivo do 1º Esquadrão, José Pessoa permaneceu nesta localidade. O 3º Esquadrão foi para Tourcoing e o 4º permaneceu em Roubaix. Continuou assim até o dia 26 de novembro, quando voltou a fazer parte da 2ª DC. A partir dessa data, iniciou o seu retraimento do *front*. Em meio ao retorno para a França, José Pessoa foi desligado do efetivo do Regimento e, em 26 de dezembro, apresentou-se à Comissão de Estudos, em Paris (HISTÓRICO DO 4º REGIMENTO DE DRAGÕES, 1921).

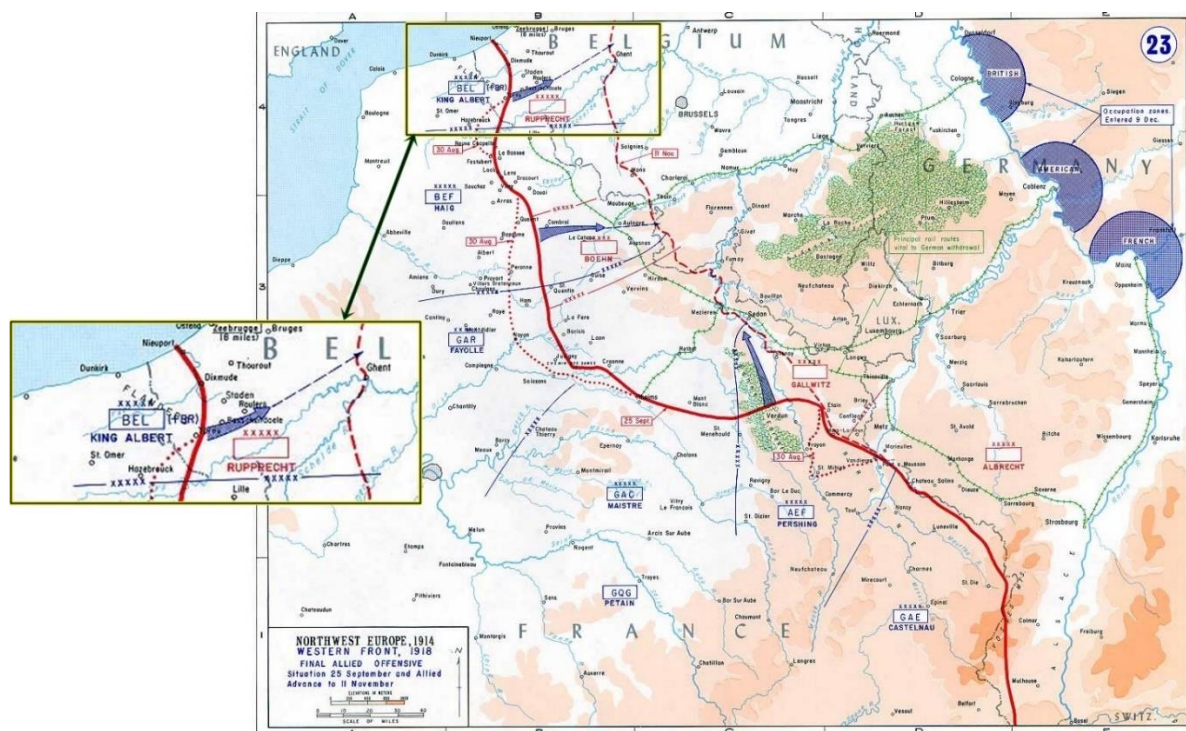
Além da condecoração recebida, a atuação de José Pessoa no 4º Regimento de Dragões foi motivo de elogios de toda a cadeia de comando a que estava subordinado. Pelo Capitão Devries, seu comandante de esquadrão, foi reconhecido como um “oficial de valor [...] um verdadeiro exemplo tanto pela nobreza do seu caráter, como pelo devotamento e grande abnegação com que põe a sua espada a serviço da França” (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016). O Coronel De Fournas, Comandante do 4º RD, em boletim da unidade, elogiou-o no comando do pelotão, que “conduziu ao fogo em condições particularmente delicadas e perigosas.” Também fez questão de ressaltar que José Pessoa “distinguiu-se sempre pela sua bravura e por ter solicitado permissão, por várias vezes, para reconhecer as primeiras linhas de infantaria, o que levou a efeito debaixo de fogos extremamente violentos” (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).



Também foi reconhecido pelos comandantes das grandes unidades às quais estava subordinado o 4º Regimento. O General Lasson, Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, em um extenso elogio, considerou-o um oficial “muito instruído, apaixonado pela profissão, aproveitando todas as oportunidades para aperfeiçoar os seus conhecimentos militares” (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016). Segue Lasson: “no comando de um pelotão, provou ser possuidor de verdadeiras e sábias qualidades de comando e senso tático. Ousado e brilhante no fogo [...] ofereceu-se várias vezes para cumprir missões perigosas” (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016). Pelo General Rabillot, Comandante do 2º Corpo de Cavalaria, foi considerado um “oficial ardente e trabalhador, que exerceu durante vários meses o comando de seu posto no Exército francês em operações” (FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

José Pessoa ainda foi promovido por bravura ao posto de Capitão, em janeiro de 1919, devido à sua atuação nos campos de batalha do Flandres. A sua passagem pelo Exército francês seria lembrada, ainda, anos mais tarde, quando foi promovido, já no posto de General, ao grau de comendador da Legião de Honra do governo francês, distinção que havia recebido das mãos do Comandante do 2º CC, nos campos da Europa, em 1918.

Mapa 1 – Área de atuação da 2º Corpo de Cavalaria, ao qual estava subordinado o 4º Regimento de Dragões, 1918.



Fonte: Departamento de História da Academia Militar de West Point, EUA.

4.2 Após o front

Um fato que marcou a vida de José Pessoa, em meio à Primeira Guerra Mundial, foi ter conhecido aquela que viria a ser a sua esposa, Blanche Mary Edward. Segundo Câmara (2011, p. 62),



já no final de 1918, Pessoa contraiu tifo durante a guerra, tendo sido evacuado para um hospital de campanha na França.³⁰ Durante a sua convalescença, conheceu a inglesa Blanche, uma enfermeira voluntária da Cruz Vermelha Francesa, com a qual se casou antes mesmo do término da guerra.³¹

Imagem 5 – Blanche Mary Edward, 1918.



Fonte: Acervo José Pessoa, CPDOC FGV.

Blanche Mary possuía 24 anos de idade quando conheceu José Pessoa. Nascida em Londres, era filha de Frederic Edward e Ada Emily Edward e possuía cinco irmãos, dos quais era a terceira mais velha. Seu pai era um comerciante de alimentos da capital inglesa e sua família residia no bairro de Lambeth, uma zona comercial e manufatureira da cidade.³² Em 11 de janeiro de 1927, apesar de terem se casado na França, José Pessoa e Blanche Mary legalizaram a sua união em território brasileiro, conforme consta na certidão de casamento dos dois, emitida pela 4ª Pretoria Cível da cidade do Rio de Janeiro.³³ Da união de José Pessoa e Blanche nasceram três filhos: Elizabeth,

³⁰ Daróz (2016, p. 148) aponta que a Comissão de Estudos, além de José Pessoa, teve mais duas baixas, ao longo da guerra. O Major Tertuliano Potyguara foi ferido em combate e retornou para o *front*, após recuperar-se. E o Tenente Andrade Neves, que foi acometido pela gripe espanhola, vindo a falecer em outubro de 1918.

³¹ Não foi possível determinar em que condições José Pessoa contraiu a doença, nem em que data esteve baixado no hospital de campanha francês. Curiosamente, ele não cita esse fato em suas memórias. Tampouco faz menção em que condições conheceu a esposa.

³² Informações retiradas dos censos realizados nos anos de 1901 e 1911, em Londres. Conforme o registro feito por Ada Edward à folha 36 do censo de 1901, realizado pela Paróquia de *St. Ann Blackfriars*, no distrito de Farringdon, e o registro de número 767, feito por Frederic Edward no censo de 1911, realizado na igreja anglicana do bairro de Lambeth, Londres. Disponível no site *Ancestry*. Consulta realizada em 20 dez. 2020.

³³ Conforme a certidão de casamento de José Pessoa e Blanche Mary Edward, lavrada pela 4ª Pretoria Cível, da 5ª Circunscrição de Registros Cíveis da cidade do Rio de Janeiro, datada de 11 de janeiro de 1927. Disponível no site *Family Search*, nas informações relativas a José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.



nascida em 1925, no Rio de Janeiro; Joy, natural de São Luiz Gonzaga-RS, em 1927; e José, que recebeu o mesmo nome do pai, também nascido no Rio, em 1930.

Após o desengajamento do *front* e a desincorporação do 4º Regimento de Dragões francês, em dezembro de 1918, José Pessoa retornou à sede da, ainda, Comissão de Estudos, em Paris. Com o final da guerra e a derrota da Alemanha, intensificou-se a aproximação militar entre Brasil e França. A Comissão de Estudos de Operações de Guerra e de Aquisição de Material de Guerra na França, a partir do início do ano de 1919, foi substituída pela Missão Militar Brasileira de Aquisição de Material de Guerra na França, sob o comando do General José Fernandes Leite de Castro, à qual José Pessoa passou a pertencer. A partir de 1919, já integrado à Missão de Aquisição, foi designado, em setembro daquele ano, para participar dos estudos para a aquisição dos primeiros carros de combate blindados brasileiros (ROESLER, 2021).

Apesar de ter participado da guerra em uma unidade de Cavalaria, Pessoa não conhecia o emprego dos blindados em combate, mesmo tendo os observado em ação nos campos de batalha. Sendo assim, comunicou ao General Leite de Castro, Chefe da Missão de Aquisição, que talvez não fosse a pessoa mais indicada para a missão que lhe foi dada. Entretanto, estaria disposto a cumpri-la se lhe fosse permitido realizar um estágio em uma unidade blindada do Exército francês (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta II).

Aceita a sugestão por Leite de Castro, foi franqueado a José Pessoa um estágio no 503º Regimento de Artilharia de Assalto (RAA) do Exército francês, sediado em Versailles, entre 6 de outubro de 1919 e 12 de fevereiro de 1920. Realizou, antes disso, um rápido estágio na fábrica da Renault, a fim de estudar o funcionamento e acompanhar a fabricação do carro de assalto *Renault FT-17*, o blindado escolhido para mobiliar as unidades mecanizadas do Exército Brasileiro.

No mês de março, Pessoa apresentou-se na Escola de Artilharia de Assalto do Exército francês, também localizada em Versailles, a fim de realizar o curso prático de artilharia de assalto, que iniciaria no dia 15 de março e terminaria em junho. Após a conclusão do curso, uma nota remetida pelo Centro de Estudos de Carros de Combate ao comando da Missão de Aquisição destacou a inteligência, a assiduidade, o excelente espírito militar e a educação de José Pessoa durante o curso. A nota também informava que ele havia adquirido os conhecimentos necessários sobre a técnica e o emprego tático do carro *Renault* e que, devido a isso, estava apto para o comando de uma companhia de carros de assalto. Ao regressar para a sede da Missão brasileira em junho de 1920, recebeu, então, a ordem para receber do governo francês os primeiros carros blindados que seriam empregados no Exército Brasileiro. No ano seguinte, em 26 de maio, por meio do Aviso nº 360, do Ministro da Guerra, seria nomeado comandante da primeira unidade blindada do Exército, a Companhia de Carros de Assalto, localizada na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Pode-se dizer, assim, que José Pessoa foi o



precursor da introdução dos blindados na Instituição (ALBUQUERQUE, 1953, Pasta II; FÉ DE OFÍCIO DO MARECHAL JOSÉ PESSOA, 2016).

Imagem 6 – José Pessoa em frente a um reboque carregado com um *Renault FT-17*, 1920.



Fonte: Albuquerque, 1921.

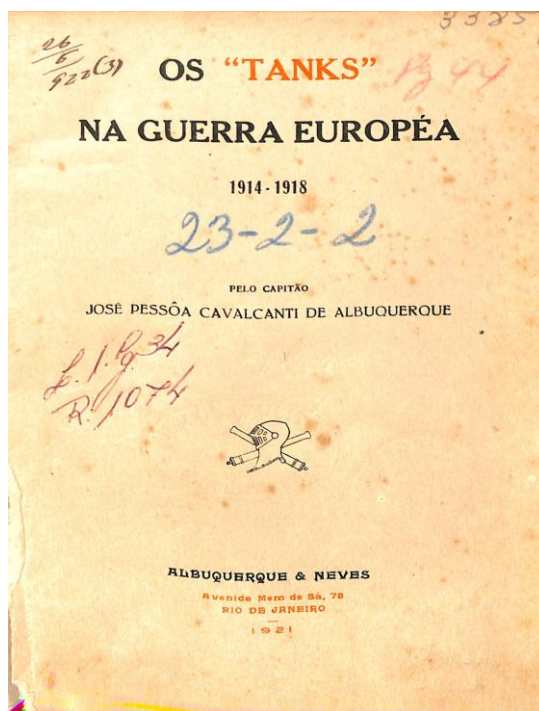
O entusiasmo de José Pessoa com os blindados levou-o a escrever a sua obra mais conhecida no meio militar, *Os Tanks na Guerra Europeia*, publicada no ano de 1921, pela editora Albuquerque & Neves, do Rio de Janeiro. O livro, com 244 páginas, prefaciado pelo Comandante da Missão Militar Francesa no Exército Brasileiro, General Gamelin, constitui-se em um verdadeiro tratado sobre o emprego de carros blindados no início do Século XX e foi o primeiro a ser publicado sobre o assunto na América do Sul. Muito do que foi transcrito nas suas páginas é fruto do que Pessoa presenciou nos campos de batalha europeus e da sua experiência nas escolas de blindados francesas. Na dedicatória, ofereceu a obra aos “camaradas de arma”, que vinham se esforçando no “serviço obscuro da caserna” em “preparar, formar e aperfeiçoar” o Exército nacional, aos professores da Escola de Carros de Combate de Versailles e aos companheiros do 4º Regimento de Dragões francês, unidade em que havia combatido na Bélgica.

Antes de regressar ao Brasil, José Pessoa foi nomeado para a sua última comissão na Europa, em junho de 1920. Por ordem do Ministro da Guerra, apresentou-se no porto da cidade de Antuérpia, na Bélgica, para fazer parte da comitiva que acompanharia a família real belga em visita ao Brasil. Nos meses de setembro e outubro daquele ano, Pessoa desempenhou a função de ajudante de ordens do Rei Alberto I durante a sua viagem e estada em território brasileiro. Em 9 de novembro de 1920, José Pessoa retornou a Paris e apresentou-se ao Comandante da Missão de Aquisição de Material de Guerra, por ter concluído a sua derradeira missão no Velho Continente. Em 31 de dezembro, foi



desligado de suas funções na França e recebeu a ordem para retornar definitivamente ao Brasil (ROESLER, 2021).

Imagem 7 – Folha de rosto de *Os Tanks na Guerra Europeia*, 1921.



Fonte: Acervo da Biblioteca da AMAN.

5 Considerações Finais

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial ainda é um tema pouco explorado na historiografia militar brasileira. A produção acadêmica sobre o assunto passa, em grande medida, pelos debates realizados pela imprensa brasileira, na década de 1910, a respeito da grande guerra europeia, e pelas discussões realizadas pela intelectualidade do País em torno do apoio que a Nação deveria externar, se para os países Aliados ou os da Entente. No entanto, muito pouco, ou quase nada, é relatado sobre a participação das Forças Armadas brasileiras ou dos militares nacionais no conflito europeu. Em relação à produção bibliográfica, esta é ainda mais incipiente, destacando-se na última década as obras de Vinhosa (2015) e Daróz (2016).

A narrativa realizada por este autor em sua tese de doutoramento, a respeito da participação do Tenente José Pessoa nas batalhas dos Flandres, apresenta-se como uma alternativa para melhor explicitar como os militares brasileiros e o Exército e a Marinha do Brasil participaram da Primeira Grande Guerra. Conforme aponta Dosse (2015, p. 68), o uso das confissões e registros autobiográficos, como os de José Pessoa, aproximam o pesquisador da restituição autêntica do



passado, sem, no entanto, afastar-se da confrontação daquilo que foi dito pelo sujeito histórico com outras fontes, como a autêntica pesquisa histórica exige. Daí a necessidade da busca realizada em fontes primárias e secundárias, como os jornais de época e os relatos memoriais de personagens históricos que vivenciaram determinados fatos.

A partir daí, surge um novo problema, que é a incipiente produção biográfica no campo da história militar brasileira, principalmente no meio acadêmico, apesar da renovação do campo, operada na década de 1990, sob a tutela de Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, dentre outros autores. Devido à maior influência da história social, da sociologia e da antropologia, o foco da história militar tradicional, voltada exclusivamente para a história das batalhas, armas e heróis nacionais, mudou, lançando-se novos olhares sobre as instituições militares e seus personagens.

As poucas obras publicadas antes desse período destinavam-se às narrativas memoriais de personagens que procuravam apresentar suas experiências na caserna ou suas participações nos principais eventos políticos da Primeira República. Nas últimas duas décadas, entretanto, algumas iniciativas têm procurado reavivar as pesquisas biográficas sobre as principais lideranças militares da Nação. Dentre elas, cabe destacar a biografia de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, escrita por Adriana Barreto. Publicada em 2008, esta obra representa um ponto de inflexão no campo da nova história militar, por não se ater aos aspectos laudatórios do herói nacional, mas por traçar o perfil familiar e social que fizeram do patrono do Exército um dos principais sustentáculos do Império e da unidade nacional.

Nesse contexto é que a pesquisa sobre a vida do Marechal José Pessoa, uma das principais lideranças militares dos anos 1930 e 1940, foi pensada. Uma parte dela traduziu-se neste artigo, que procurou apresentar alguns aspectos da sua formação militar, da sua trajetória de oficial subalterno e da sua participação no primeiro grande conflito mundial, incorporado ao 4º Regimento de Dragões do Exército francês.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. **Os tanks na guerra europeia**. Rio de Janeiro: Albuquerque e Neves, 1921.

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. **Diário de minha vida**. Autobiografia não publicada, 1953.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Fé de Ofício do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Lei nº 149, de 27 de agosto de 1840. Fixa as Forças de Terra para o ano financeiro de 1841 a 1842. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, 1840, t. III, p. III. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html. Acesso em: 15 SET 2019.

BRASIL. Lei nº 1.143, de 11 de setembro de 1861. Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1862 a 1863. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, 1861, t. XXIV, p. II. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html. Acesso em: 15 SET 2019.

BRASIL. Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898. Aprova o regulamento para os Institutos militares de ensino. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1898, v.I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao1.html>. Acesso em: 28 AGO 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. Aprova o regulamento para os institutos militares de ensino. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1905, v.I, p. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao2.html>. Acesso em: 28 AGO 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.503, de 5 de setembro de 1906. Institui o subsídio de 10:000\$ a cada uma das sociedades que pertencerem à Confederação do Tiro Brasileiro. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1906, v.I, p. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao2.html>. Acesso em: 29 AGO 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908. Aprova o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1908, v.I, p. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao2.html>. Acesso em: 28 AGO 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914. Estabelece regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potências estrangeiras. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1914, v.III. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao3.html>. Acesso em: 5 SET 2019.

BRASIL. Decreto nº 12.708, de 9 de novembro de 1917. Aprova o Regulamento da Diretoria Geral do Tiro de Guerra. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1917, v.III.



Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao3.html>. Acesso em: 12 OUT 2019.

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa**. A força de um ideal. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. A longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. FGV CPDOC. Acervo Marechal José Pessoa.

HISTÓRICO do 4º Regimento de Dragões. Paris: Livraria Chapelot, 1921. Disponível em: https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr/fr/arkotheque/inventaires/ead_ir_consult.php?fam=7&ref=FRSHD_HistoriquesRegimentaires_IGM_01_ead. Acesso em: 18 AGO 2018.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O Desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**. São Paulo: BIBLIEX, 2009.

MINISTÉRIO DA GUERRA DA FRANÇA. **Os exércitos franceses na Grande Guerra**. Paris: Imprensa Nacional, 1923. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/html/und/histoire/les-armees-francaises-dans-la-grande-guerre?mode=desktop>. Acesso em: 13 AGO 2019.

MUSEU DA REPÚBLICA. Coleção Cristóvão Barcellos, 1918.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias de. **Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino: tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-194)**. 2011. 186 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2011.

PINTO, Genivaldo Gonçalves. **Manifestações da cultura militar no espaço educacional brasileiro na Primeira República: o contexto de Pelotas-RS**. 2015. 330 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2015.

PIRES, Livia Claro. **Intelectuais nas trincheiras: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1919)**. 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2013.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR. Uladislau Herculano de Freitas, 1913-1914.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA. João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1901.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA. Hermes Rodrigues da Fonseca, 1907.



RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis**. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ROESLER, Rafael. **O impulso renovador: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)**. 2015. 170 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

ROESLER, Rafael. **Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque** – vida e trajetória militar. 2021. 747 p. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2021.

ROSA, Rogério. Política das Salvações. In.: CPDOC FGV. **Atlas Histórico do Brasil**, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/politica-das-salvacoes>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SILVA, André Felipe Cândido da. Nas trincheiras do front intelectual. Henrique da Rocha Lima e a Primeira Guerra Mundial no Jornal do Commercio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, set/dez 2015, pp. 635-671.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial**. História completa. São Paulo: Contexto, 2003. Ebook.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. 2010. 176 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2010.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2015.

WILLMOTT, H. P. **Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.